

## O CORONEL NA LITERATURA BRASILEIRA: MARCAS HISTÓRICO-DISCURSIVAS

Márcia Silva Pituba Freitas<sup>1</sup>

Doutoranda em Língua Portuguesa pela PUC-SP

Micheline Tácia de Brito Padovani<sup>2</sup>

Doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP

*A arte existe porque a vida não basta*  
Ferreira Gullar<sup>3</sup>

### RESUMO

O Historiógrafo e o Analista do Discurso costumam deparar-se com diversas situações da linguagem em uso no dia a dia, o que lhes propicia uma produção de *corpus* para análise e pesquisa. Nessa perspectiva, é importante destacar que os textos literários pressupõem um trabalho de equilíbrio entre os conceitos teóricos e uma visão ligada ao contexto histórico e social, no caso deste artigo, na obra literária de José Lins do Rego, *Menino de Engenho*. Nessa esteira de pensamento, tem-se por objetivo identificar, na produção do discurso dominante do coronel, personagem central da história, as marcas linguísticas que lhe conferem autoridade, a partir do contexto histórico brasileiro do século XX. Sendo assim, a pesquisa demanda reflexão acerca do contexto histórico e social no qual o texto é produzido.

**Palavras-chave:** Representação. Apropriação. Ditadura. Discurso. Literatura Brasileira.

### Introdução

A crítica literária e a pesquisa histórica podem caminhar juntas e revelar um percurso metodológico relevante, sob o aporte teórico da História das Ideias Linguísticas, pelos princípios de apropriação e representação, quando se trata de investigar a produção de um escritor em determinado contexto histórico e social. Por isso, para a elaboração deste trabalho, trazemos aspectos abordados tanto pela crítica literária, na produção escrita de José Lins do Rego, em especial, na obra *Menino de Engenho*, quanto pela pesquisa histórica que foca a década de 1930, período da Ditadura Vargas no Brasil, época de publicação do livro em referência. Utilizamos o exemplar editado em 1996, 67ª ed., pela Editora José Olympio.

---

<sup>1</sup> E-mail: marpituba@hotmail.com.

<sup>2</sup> E-mail: michelinepadovani@gmail.com.

<sup>3</sup> TRIGO, Luciana. 'A arte existe porque a vida não basta', diz Ferreira Gullar. *GI*. Paraty, RJ, 07 ago. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/flip/noticia/2010/08/arte-existe-porque-vida-nao-basta-diz-ferreira-gullar.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Como pergunta de pesquisa estabelecemos: De que forma a narrativa histórica construída apresenta o discurso dominante do coronel José Paulino? Temos como objetivo identificar, na produção do discurso dominante do coronel, as marcas linguísticas que lhe conferem autoridade, a partir do contexto histórico brasileiro do século XX.

Para isso, organizamos o artigo por meio de tópicos, além das considerações iniciais e finais. No primeiro tópico, apresentamos as marcas históricas do coronelismo; no segundo tópico, ocupamo-nos das marcas discursivas, com destaque para o discurso autorizado e dominante da figura do coronel, como poder local instituído por meio de um patriarcado hereditário. No terceiro tópico, analisamos, dentro do contexto histórico da obra, a produção de cana-de-açúcar e de açúcar no Brasil, nos engenhos nordestinos, e os desdobramentos decorrentes das relações sociais – representadas pelos vínculos de trabalho –, das relações econômicas – representadas pela questão agrária – e das relações políticas – representadas pelo exercício de poder dos senhores de engenho, intitulados coronéis, o que lhes permite o exercício de um poder regional. No quarto tópico, examinamos as variadas produções de contextos desenvolvidas em *Menino de Engenho*, nas quais destacamos as esferas social, econômica e política.

### **Marcas históricas: era uma vez um coronel**

O escritor paraibano José Lins do Rego (1901-1957) é conhecido pelo caráter memorialista e pelo moderno regionalismo nordestino dos anos de 1930, pertencente à segunda fase do Modernismo no Brasil. Sua obra concentra-se na representação de fatos históricos, regionais e sociais do canavial e do sertão do Nordeste brasileiro. Assim, a temática do engenho no Estado da Paraíba é descrita em suas obras *Menino de Engenho* (1932), *Fogo Morto* (1943) e *Cangaceiros* (1953), além de estar presente em diversas crônicas nos jornais da época. O regionalismo, nesse período, dá continuidade ao projeto político-literário dos modernistas dos anos 1920 (primeira fase do Modernismo), valendo-se da literatura regionalista para mostrar os problemas e as desigualdades sociais do país.

No segundo período da “Era Vargas” (1930-1945), dá-se um decisivo passo, no rumo de se abandonar uma economia agrária em direção a um sistema industrial e urbano. Trata-se de um período fundamental na evolução do Brasil, momento em que os intelectuais passam a repensar a identidade da nação, investindo em novas abordagens da nossa história, da nossa sociedade e da nossa cultura. Assim, na década de 1930, o romance regionalista de José Lins Rego traz uma oportunidade de reflexão sobre a decadência da economia agrária.

As obras literárias são uma das formas que o ser humano encontra para expressar e registrar suas histórias, seus interesses, suas inquietações e seus sentimentos. Com isso, a obra *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, registra de forma representativa o ambiente social e a história local de um grupo de pessoas. É importante ressaltar que as obras literárias não justificam discursos históricos, apenas destacam e apontam leituras sociais, com base em possibilidades de olhares trazidas por autores. Ocorre um processo intertextual e contextualizado em que passado e presente são articulados por meio de discursos (FALCON, 2007).

Assim, cada ponto de vista da realidade, mencionado e realçado no texto, carrega consigo, no bojo de um contexto de produção, acontecimentos históricos e análises de discursos sociais circulantes. Quando uma nova narrativa se origina, desponta um contador de histórias, capaz de provocar nos leitores reflexão e posicionamentos, uma contribuição para a formação de cidadãos conscientes da sociedade que integram.

Dessa forma, a leitura de um texto literário não direciona apenas para as tensões sociais, os aspectos econômicos e as relações de poder, mas também, para os discursos produzidos por uma sociedade, em um ambiente cultural fértil. Cabe destacar, neste estudo, o modo de funcionamento da linguagem imiscuído nos discursos produzidos na obra, sem esquecermos que esse funcionamento não é puramente linguístico, uma vez que nele estão imbricadas as condições de produção (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996). É relevante, assim, rever o contexto cultural, social e econômico da década em que a obra literária é escrita, pois isso contribui para a análise de questões sociais apresentadas na ficção.

A narrativa histórica tem destaque entre os escritores de literatura brasileira, por conta do contexto em que foi produzida. A escrita de obras que emoldura a realidade dura dos nordestinos, de uma certa época, cercada de seca, fome e abandono por parte dos governantes, por exemplo, tem o efeito de simulacro, pois a criação artística absorve a vida cotidiana de pessoas comuns, por meio de práticas habituais, costumeiras e tradicionais de um momento histórico, envolvendo-o em uma poética e transformando-o em obra literária (MARTINO, 2021).

Não há uma relação direta da literatura com a verdade, mas com a verossimilhança. Qualquer forma de resgate do passado é repleta de ideologias, dado que não há pensamento neutro, da mesma forma que não há discurso neutro. Dessa forma, cada narrativa histórica carrega uma concepção temporal, em que certas realidades culturais e sociais são produzidas e expressam uma forma peculiar de visão de mundo.

Por isso, a História das Ideias Linguísticas, em intercâmbio com a literatura, é trabalhada por meio da apropriação e da representação. Uma vez exposta a apropriação, a representação, segundo Martino (2021, p. 43), “deve permitir que se defina, claramente, para cada grupo social ou classe, as representações coletivas que cabem às estruturas do mundo social, aos indivíduos, e à construção dos comportamentos e hábitos encarregados de mostrar uma identidade”.

### **Marcas discursivas: o discurso dominante e autorizado do coronel**

A matéria discursiva da ficção como narrativa histórica é o passado histórico, ainda vivo, sujeito a revisões, mas que se cristaliza no imaginário do povo. As histórias não comportam heróis místicos, mas seres humanos, capazes de atos heroicos movidos por sentimentos nobres de liberdade. Conforme afirma Bakhtin (1990), o romance histórico pode incorporar diversos discursos e apontar o modo de ser e agir das pessoas, como forma de configurar a grandeza humana na história passada e situá-la no presente com todas as suas especificidades.

A análise do discurso literário propõe a utilização de ferramentas discursivas diante do texto literário, o que possibilita maior assimilação de um contexto. O discurso é contemplado como lugar de origem para representação e construção de sentidos nas crônicas. No espaço social, o discurso literário, conforme ressalta Maingueneau (2006), não procura seu próprio parâmetro, uma vez que não tem o objetivo de refletir sobre suas bases fundadoras. Dessa maneira, a narrativa do discurso literário é apontada como um elemento pelo qual se estabelece a legitimação enunciativa, o que nos leva a pensar que a crônica institui o significado de seu conteúdo como forma de constituição. Assim, uma análise do discurso literário “(...) deve levar em conta formas de criação as mais diversas: a literatura se nutre de energia criadora, daquela que leva o escritor a viver através de seu próprio refúgio do mundo, (...) que o coloca no centro dos movimentos da sociedade” (MAINGUENEAU, 2005, p. 20).

A linguagem é o molde para a materialização do discurso, por ser de caráter social, em que os fluxos comunicativos presentes em tantas vozes e lugares que nos atravessam e que nós atravessamos são indispensáveis não só para a formação de um discurso pessoal e social, como também para que esse discurso circule socialmente (CITELLI, 2004). Para Tringali (2014), o discurso é um produto, é o resultado alcançado por um percurso percorrido em torno de um tema, em seus vários vieses.

Para a materialização de um discurso, é preciso o empenho de atividades intelectuais, dissertativas e argumentativas. O orador pode e deve dizer o que pretende, a partir de uma posição discursiva assumida, em um momento apropriado e dentro de um determinado contexto retórico. Segundo Ferreira (2010, p. 49), “[...] todo discurso é, por excelência, uma construção retórica, uma vez que procura conduzir o auditório numa direção determinada e projetar um ponto de vista, em busca de adesão.”

É possível constatar que, no discurso promovido por um Regime Autoritário, há uma argumentação ineficiente, que não conduz o auditório a uma intensa adesão, mas, ao contrário, desencadeia ações negativas. Em resposta, o auditório sente-se impelido a construir um contradiscurso. Nesse trabalho, vamos mostrar que uma das possibilidades pode ser a arte.

Assim, ao situarmos o contexto retórico em que ocorre a narrativa de José Lins do Rego, podemos destacar que há uma formação discursiva pautada em poder e dominação, cuja finalidade dos coronéis é agir sobre a sociedade por meio de discursos manipuladores e práticas sociais castradoras para silenciar a população rural brasileira, sem qualquer perspectiva de mudança. Quando o medo e o terror se aproximam, as pessoas tendem, por pressão, a calarem-se, pois, como ocorre na maioria dos discursos, os dominantes também contribuem para a formação de convicções, opiniões e crenças.

É pela fala de um líder ditador que o discurso dominante se manifesta, pautado em uma moral e carregado de hierarquização. Os senhores de engenho se veem como uma solução para as questões econômicas e políticas do Brasil e agem com o uso de um discurso respaldado em um lugar de qualidade. Nessa fala, há ditames e princípios defendidos que manifestam uma argumentação autoritária, e não de autoridade (Van DIJK, 2015).

Tratamos aqui de um discurso dominante que também ganha *status* de autorizado; assim, constitui-se um discurso híbrido, pois traz consigo uma fala impregnada da ideologia dominante de uma oligarquia, produzida pelos que exercem o poder, fruto do contexto histórico e político de uma época ditatorial, em que a concentração de terras nas mãos de poucos é uma realidade para a manutenção de um poder local sólido, herdado pela posse e pela propriedade de terras. Em consequência, torna-se autorizado, porque o senhor de engenho é porta-voz do seu segmento social. É também reconhecido como coronel, uma patente que deveria ser exclusiva de militares, mas é outorgada àqueles que contribuem para a manutenção do *status quo*, pois herdaram dos seus ancestrais esse lugar de fala (GARCIA, 2003).

O ditador é portador de uma força que o precede e vai continuar a existir pela hereditariedade e pela herança de terras. A sociedade aquiesce que o poder esteja nas mãos de

poucos latifundiários em detrimento de uma grande população miserável. Essa sociedade sai do escravagismo, mas é lenta no reconhecimento de direitos, o que reafirma o poder dos que já o têm. A característica dessa sociedade é ser autoritária e antidemocrática. O discurso autorizado, muitas vezes, está a serviço do discurso dominante. No entanto, vale ressaltar que esse último, embora seja uma representação de poder, não necessariamente deve ser autoritário, negativo, violento ou manipulador (GARCIA, 2003).

### **O contexto histórico brasileiro do século XX: açúcar amargo**

A produção de açúcar ainda é um dos mais importantes ciclos econômicos brasileiros. Desde a divisão do Brasil em capitanias hereditárias, até o século passado, é comum a presença de latifúndios e grandes fazendeiros com seus engenhos açucareiros. É uma representação cultural, econômica e social da região Nordeste do Brasil. Diante dessa perspectiva histórica, a obra *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, retrata a formação social e de poder do coronel na região açucareira.

A obra literária expressa a visão e a voz do enunciador, com base em sua leitura crítica de mundo e de realidade e, assim, atravessa os âmbitos discursivo e histórico. Dentro desse contexto de produção, o primeiro foco de pesquisa é a década de 1930, fase em que a obra é retratada. Essa época é marcada por diversas transformações sociais e econômicas que refletem nas oligarquias situadas no Nordeste brasileiro. Destacamos, então, a presença dos coronéis e dos grandes senhores de engenho. O segundo foco é a obra em si, com suas particularidades históricas, dado que se apresenta por meio de um processo de representação discursiva.

As primeiras décadas do século XX, para os brasileiros, são marcadas por diversos acontecimentos históricos, econômicos e políticos, que refletem, de forma direta ou indireta, nos direcionamentos políticos/governamentais atuais. Assim, no Brasil do século XX, vários são os movimentos políticos, no cenário nacional, que possibilitam o ensejo da presença de diversas personagens com características regionalistas. Diante de tal contexto, a figura do coronel surge entre duas ordens de lealdade, nem sempre em conformidade: de um lado, as exigências e as expectativas decorrentes das relações e dos envolvimento políticos; de outro, as advindas da ancestralidade e de seus laços com a clientela local.

Dessa maneira, o contexto de “mandonismo” local dos coronéis acaba por ingressar na literatura. A ocorrência se dá sob a forma de representação, por meio de uma ação simular, que retrata uma época de domínio político exercido por oligarquias locais na política brasileira.

Esses detentores de poder político e econômico interferem no processo histórico e social do Brasil, uma vez que a influência na vida da população não se restringia a uma parte específica do país. Ademais, diante de um cenário com diversos conflitos distribuídos em todo o território nacional como Canudos, Contestado e Juazeiro, a manutenção dos mandos e desmandos dos coronéis é viabilizada sem maiores impedimentos.

De acordo com essa perspectiva, é possível salientar que os coronéis, de certa maneira, são privilegiados em relação ao poder de barganha em decorrência das relações sociais, pois “seus antepassados no mandonismo local, régulos e potentados rurais, ‘homens bons da governança da terra’, viam-se reconhecidos por parte das autoridades como um poder costumeiro local, garantido pela estrutura patrimonialista de dominação” (PINHEIRO, *et. al.*, 2004, p. 42).

Desse modo, os cargos políticos são exercidos por “bons homens”, “homens de posse”, “homens de valor”, em referência às suas riquezas e autoridade sob os moradores de suas terras e das redondezas, também considerados “homens de posição”, em função de integrarem o governo local e desfrutarem de milícia. Segundo Galvão (2018, p. 23), reiteramos que os coronéis são importantes líderes políticos das regiões que atuam. No entanto, isso não se dá só no âmbito político, mas em diversos outros setores da sociedade. Em algumas localidades, eles são considerados seres messiânicos.

### **A produção de contextos em *Menino de Engenho*: o poder dos coronéis**

A obra *Menino de Engenho*, de José Lins Rego (1932), relata a rotina do engenho e de seus personagens, além dos costumes e tradições, diferentes da cidade, o que surpreende e encanta o enunciatador/personagem Carlinhos. A vida cotidiana, em seus momentos distintos, ajuda-nos a entender as transformações sociais, econômicas e políticas pelas quais as sociedades passam. Assim, Heller (2008, p. 31 e 34) afirma que:

A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja o seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com a sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade.

[...]

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecimento histórico: é a verdadeira essência da substância social.

Trazemos a vida cotidiana de Carlinhos. Após a morte de sua mãe, o menino é criado pelo avô materno, dono do engenho Santa Rosa. Com o passar do tempo, Carlinhos se apropria do contexto social e do funcionamento do engenho. As suas experiências são marcadas pelo

sofrimento de vivenciar, em um dado momento, as secas, e no outro, as enchentes. O ápice se dá quando seu avô e outros senhores de engenho perdem tudo, o que acarreta escassez para todos.

Os engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro têm seu período de intensa produção, geração de renda e alto valor econômico a partir dos anos 1800. Após cerca de dois séculos de grandes lucros, com o surgimento das usinas, deixam de moer a cana para a fabricação do açúcar. Os engenhos entram em decadência e passam a servir apenas para vender a matéria-prima às usinas.

As usinas são introduzidas no setor da economia nordestina brasileira por volta da década de 1930, concomitantemente ao processo de industrialização do país, proposto pelo então presidente Getúlio Vargas. É também na primeira metade da década de 1930 que José Lins do Rego publica sua primeira obra, *Menino de Engenho*, em 1932.

O autor enfatiza o uso da linguagem coloquial e popular em suas obras. Tal recurso é utilizado para caracterizar uma nova fase das escolas literárias, fruto de um movimento marcado por rupturas com a antiga forma estética de se fazer literatura, considerada ultrapassada, presente nos primeiros vinte anos do século XX. Auroux (2009) afirma que todo conhecimento representa uma realidade histórica e o ato de saber traz em si dobras temporais e um horizonte de retrospectão. Assim, o passado não se destrói; ao contrário, é base para organizar o presente, fazer escolhas, esquecer o dispensável, imaginar possibilidades, ou mesmo idealizar perspectivas. Isso porque é um modo de se pensar e antecipar o futuro.

Essa nova forma de pensar e de fazer literatura evidencia uma aproximação com a realidade, voltada para as raízes, com base em um olhar mais atento para a relação do ser humano e da sociedade. Tal recurso é usado propositalmente, com o escopo de aproximar o leitor da realidade do engenho, dos costumes e da cultura local. O autor utiliza grande variedade de vocábulos regionais, característica que faz parte da estética a que está afiliado, além de seu projeto de recordar e reproduzir o regionalismo por meio da linguagem oral da região.

O engenho descrito na obra abriga todas as instalações necessárias para o preparo do açúcar. Nas propriedades, essa atividade é repartida em várias construções, umas isoladas, outras contínuas, mas cada uma delas destinada a um ou mais conjuntos de aparelhamentos, de acordo com as funções a que se destinam. Como exemplo, no eito, permaneciam tambores movidos à água ou à força animal para extrair o suco da cana.

O senhor do engenho é uma figura recorrente no cenário brasileiro tanto na cultura quanto na política, detentora de poderes dentro da localidade em que vive. Assim, a figura do

poderoso senhor de terras atravessa limites cronológicos, ocupa espaços como o Congresso Nacional, a mídia (ora como personagem, ora como dono), o cinema e a literatura. A figura do coronel é uma das maiores expressões do universo rural brasileiro.

O tema do Coronelismo é um dos elementos mais importantes em *Menino de Engenho*. O discurso literário revela uma história rica por meio das relações sociais que esses coronéis mantêm com o povo. As raízes do Coronelismo estão alicerçadas no começo do ciclo da cana-de-açúcar no Brasil, no século XVI, que se estende explicitamente até o início da República Velha e implicitamente até as primeiras décadas do século XX. O processo pelo qual esse tipo de poder paralelo vige no país é duradouro. Para Pang (1979, p. 20),

[...] o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu *status*, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial.

O coronel é visto pelos seus empregados como uma autoridade. Para Janotti (1978, p.41), “o coronel nem sempre era um grande fazendeiro. Mas era um chefe político, de reconhecido poder econômico, que conseguira apoio e prestígio junto ao governo estadual”. Em *Menino de Engenho*, a presença dominante do coronel fica evidente pelo espaço predominante e bem definido – o engenho –, propriedade com representação de poder econômico e local em uma região. Nesse espaço, são tecidas as interações entre os vários tipos humanos e culturais, todos sob os olhos atentos do senhor de engenho, chefe de família, da casa patriarcal e que exerce o poder local.

Assim, Carlinhos, ao rememorar sua infância, apresenta ao leitor o engenho Santa Rosa, propriedade de seu avô, José Paulino, localizado na várzea do Rio Paraíba. Aos poucos são revelados os habitantes da região, os costumes, as festas tradicionais, a fauna e a flora da redondeza, as práticas nas relações de trabalho e a economia, que têm como referência a plantação de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar.

A representação do contexto rural, agrário, com resquícios do período da escravização, está presente não apenas nos restos da antiga senzala – chamada pelos trabalhadores negros de “rua”, mas também na presença personificada dos vários descendentes do antigo regime que permanecem no engenho. Tal fato traz à tona um problema não resolvido com a abolição da escravatura em 1888, pois muitos trabalhadores, ex-escravizados, sem alternativa de trabalho, continuaram morando na casa-grande, com o intuito de continuar a prestar serviços em troca de alimentação e vestimenta. Assim, Rego (1996, p. 38) expõe:

[...] Restava ainda a senzala dos tempos do cativo. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão.

Muitos ex-escravizados não vão embora depois da abolição, principalmente as mulheres. Entretanto, além dos ex-escravizados, trabalham no engenho os trabalhadores do eito, que todos os dias, de sol a sol, em jornadas de até 12 horas por dia, limpam, plantam e colhem produtos agrícolas, como cana-de-açúcar e algodão, além do gado, que trazem a riqueza material do engenho. Ademais, tem-se carpinteiros, tanoeiros, mecânicos, artífices de diversos ofícios, e, no topo dessa divisão do trabalho, o feitor.

Na casa do engenho, a figura do mestre de açúcar tem destaque. Ele é responsável pelo processo de moagem e fabricação do açúcar, das almanjarras, ao ponto exato que confere a qualidade do cristal. As tarefas menores são desenvolvidas pelos “moleques da bagaceira”, tais como banhar os cavalos, conduzir o gado aos currais, levar e trazer recados, entre outras. Para José Paulino, o processo de libertação dos escravizados é favorável, pois eles geram muitas despesas. Assim, segundo o coronel (REGO, 1996, p. 61),

[...] para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negros.

Em dado momento, no alpendre, durante um processo de rememoração, José Paulino lamenta o destino dos ex-escravizados, ao mesmo tempo que faz uma reflexão sobre os lucros depois da abolição. Nada passava despercebido sob os olhos do coronel José Paulino, o patriarca e proprietário de nove engenhos.

Trata-se de um sujeito ativo, pois dele dependiam, tanto na vida quanto na morte, todos os habitantes do engenho Santa Rosa. Várias são as funções desempenhadas pelo senhor do engenho, entre elas, a organização da produção, as relações de trabalho, a proteção aos fugitivos da justiça, a resolução das pendências decorrentes da administração da propriedade e dos conflitos entre os seus moradores, bem como o socorro nas tragédias, nas grandes enchentes ou nas secas. É ele o responsável pela distribuição de alimentos, pelas punições e pelos castigos, pela compra de insumos e venda da produção; é ele quem casa, descasa e determina, com sua vontade imperial, quem é merecedor dos votos dos “seus” eleitores.

Dessa forma, o senhor do engenho é uma espécie de juiz, aplica a força e a justiça privada da casa-grande ao seu modo. Durante os longos passeios a cavalo, José Paulino é a encarnação do todo-poderoso. Carlinhos afirma:

[...] o meu avô me levava sempre em suas visitas de corregedor às terras de seu engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor nos seus campos. O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem. Andávamos muito nessas suas visitas de patriarca (REGO, 1996, p. 25).

Assim, o velho José Paulino exibe a sua autoridade de coronel e de senhor do engenho para os demais moradores e/ou trabalhadores. Para enfatizar de forma lúdica seu poder, ele conta histórias da família, relembra os antepassados, os tempos de escravização, mostrando sua ascendência moral sobre os demais familiares e agregados, além de revelar ser detentor e transmissor de experiências. Suas histórias são narradas sempre à noite, no alpendre da casa-grande, para uma plateia sempre atenta e obediente. Com isso, é conhecido como um velho bom, respeitado e temido mais por sua bondade do que pela sua riqueza material: “o velho José Paulino governava os seus engenhos com o coração” (REGO, 1996, p. 49).

O coronel é visto como uma figura idealizada do autêntico patriarcado. Mesmo quando se mostra autoritário e ríspido com os moradores do engenho e grita palavras duras como: “meu avô chamava-os de ladrões, de velhacos e nem mostravam cara de aborrecidos. Parecia que aquelas palavras feias na boca do velho José Paulino não quisessem dizer coisa nenhuma” (REGO, 1996, p. 41), parece não ofender aquelas pessoas, já que todos reconhecem sua bondade e generosidade.

A idealização da imagem do coronel é tanta, que o latifundiário é reconhecido em determinado momento como um “santo que plantava cana” (REGO, 1996, p. 62), o que enaltece o poder do coronel diante dos demais moradores do engenho. Por vezes, a imagem do senhor de engenho e coronel é também divinizada. É visto como uma figura religiosa, um santo.

A compra de terras é importante para José Paulino, pois, quanto mais terras compradas, mais poderoso ele se torna, visto que, com mais terras, amplia sua influência. Além disso, o trabalho realizado nas terras com suas próprias mãos ou pelas mãos dos empregados é uma forma de mostrar sua personalidade, seu jeito de ser ao mundo. Assim, o senhor do engenho que governa com o coração, sente com muita clareza que, além das relações afetivas, há uma consciência de posse da terra como indissociável a sua condição de senhor. Desse modo, Rego (1996, p. 51) narra:

As terras do Santa Rosa andavam léguas e léguas de norte a sul. O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras. Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas.

Entretanto, com o passar do tempo, é possível perceber que o declínio não estava ligado apenas aos conflitos pessoais entre senhores e herdeiros, já que Carlinhos não quer continuar o negócio do avô. Algo maior que isso se aproxima, é o progresso, e não dá para barrar esse movimento apenas com a vontade de manter-se no poder. A usina chega para alterar os caminhos da sociedade, uma vez que a posição do usineiro é distinta da posição do senhor ou do capitão de engenho.

O coronel ou senhor de engenho controla a propriedade, a produção e os funcionários de muito perto. A casa-grande situa-se ao lado da moenda, e ali está toda a sua família, vivenciando praticamente tudo o que ocorre. Já o usineiro passa o maior tempo na cidade grande, onde fica com sua família grande parte do ano. Assim, Rego (1996, p. 12) expõe:

Ficava a fábrica bem perto da casa grande. Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal. Não sei por que os meninos gostam tanto das máquinas. Minha atenção foi inteira para o mecanismo do engenho. Não reparei em mais nada. Voltei-me inteiro para a máquina, para as duas bolas giratórias do regulador. Depois comecei a ver os picadeiros atulhados de feixes de cana, o pessoal da casa de caldeiras. Tio Juca começou a me mostrar como se fazia o açúcar. O mestre Cândido com uma cuia de água de cal deitando nas tachas e as tachas fervendo, o cocho com o caldo frio e uma fumaça cheirosa entrando pela boca da gente.

Há uma proximidade entre a casa-grande e as instalações para a produção de açúcar branco. É uma dinâmica que sugere um caráter familiar ao processo de fabricação. Na obra, são descritas as etapas da refinação e o papel dos envolvidos na produção do açúcar, que ocorre desde o trato do trabalho nas máquinas até o produto. O autor evidencia quem realiza cada atividade e destaca a presença tanto dos escravizados libertos quanto dos descendentes desses escravizados.

## **Conclusão**

A produção literária analisada nesse artigo espelha como o romancista José Lins do Rego conduz e representa parte do contexto histórico da economia canavieira do Nordeste brasileiro, que influencia diretamente a formação social daquela região. Além disso, há a possibilidade de refletir como as transformações econômicas sugestionam a sociedade e o poder do senhor de engenho durante o período mencionado.

A obra retrata o período de auge da produção de cana-de-açúcar nos engenhos do nordeste brasileiro. Além disso, apresenta o poder exercido tanto na propriedade canavieira quanto na sociedade local pelo coronel ou senhor de engenho. Investido de um discurso dominante e autorizado, ele exerce um poder local comparado ao de um juiz e de um militar e, em outros momentos, é visto como figura divina, um santo, e tem a prerrogativa de casar e descasar quem vive ao seu redor. Esperamos, dessa forma, ter respondido à questão de pesquisa inicial.

Desse modo, com a leitura da obra, é possível perceber um panorama sobre a economia açucareira da região Nordeste, a fundação e os anos de ouro dos engenhos, a decadência e a chegada do projeto de industrialização ao país e suas consequências com a Era Vargas. Assim, a obra apresenta parte importante da história econômica do Brasil na década de 1930.

## Referências

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16.ed. São Paulo: Ática, 2014. 103p.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Luiz Antônio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

GALVÃO, André Luís Machado. *O coronelismo na literatura: espaços de poder*. Cruz das Altas, BA: Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2018.

GARCIA, Afrânio. Tipos de Discurso. *Revista Solettras*. São Gonçalo, RJ: UERJ, ano III, n.190, p. 05-06, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Punicelli. *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O Coronelismo, uma política de compromissos*. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense. 1978.

MAINGUENEAU, Dominique. O discurso literário contra a literatura. In: MELLO, Renato de (org). *Análise do discurso & Literatura*. Belo Horizonte, MG, Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos chave da análise do discurso*. Uberlândia, MG: Editora UFMG, 2006.

MARTINO, Agnaldo. História das Ideias Linguísticas por meio das crônicas de Machado de Assis. In: MARTINO, Agnaldo (org.). *Itinerários Investigativos: História das Ideias Linguísticas: apropriação e representação*. São Paulo: Blucher, 2021, p. 41-66.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943*. A Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* *O Brasil republicano- 2: Sociedades e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 67. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

TRIGO, Luciana. 'A arte existe porque a vida não basta', diz Ferreira Gullar. *GI*. Paraty, RJ, 07 ago. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/flip/noticia/2010/08/arte-existe-porque-vida-nao-basta-diz-ferreira-gullar.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

TRINGALI, Dante. *A retórica antiga e as outras retóricas: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Musa, 2014.

Van DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

## THE COLONEL IN BRAZILIAN LITERATURE: HISTORICAL-DISCURSIVE MARKS

### ABSTRACT

The Historiographer and the discourse analyst usually come across different situations of the language in use in their daily lives, which provide them with a corpus production for analysis and research. From this perspective, it is important to highlight that literary texts presuppose a balance between theoretical concepts and a vision linked to the historical and social context, in the case of this article, in the literary work of José Lins do Rego, *Menino do Engenho*. In this train of thought, the objective is to identify in the production of the colonel's dominant speech the linguistic marks that give him authority, from the Brazilian historical context of the 20th century. Therefore, the research demands reflection on the situation of the historical and social context in which the text was produced. Thus, it demands research effort and reflection on the situation of the social context in which these texts were produced.

**Keywords:** Representation. Appropriation. Dictatorship. Speech. Brazilian literature.